

Avaliação da qualidade metodológica dos estudos sobre judicialização de medicamentos

Pollyanna Farias Castro Pereira de Lyra, Patrícia Melo Aguiar, Bárbara Manuella Cardoso Sodré Alves, Genival Araújo Santos Jr, Letícia Santos Prates, Divaldo Pereira de Lyra Jr, Lucindo José Quintans Jr

Universidade Federal de Sergipe, Universidade de São Paulo, Ministério da Saúde, Centro Universitário Ages

Introdução: Nas últimas décadas, após a homologação da Constituição Federal em 1988, o Poder Judiciário passou a exercer um papel diferente na garantia de direitos individuais, melhorando o acesso aos medicamentos e elevando os custos em saúde. Os usuários passaram a buscar o Poder Judiciário a fim de garantir seus direitos individuais. Todavia, o perfil das ações, geralmente, desconsidera os critérios técnicos utilizados para garantir o acesso da população a produtos seguros, efetivos e ao menor custo possível. Apesar da relevância, há poucos estudos que abordam este tema com a qualidade metodológica necessária. **OBJETIVOS:** Avaliar a qualidade metodológica dos estudos sobre judicialização de medicamentos. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, nas principais bases de dados até março de 2018. Foram utilizados como critérios de inclusão os estudos que envolvem a judicialização de medicamentos e que mostram a influência da judicialização em serviços/ gestão da assistência farmacêutica, escritos em inglês, português e espanhol. A qualidade da investigação metodológica dos estudos analisados foi avaliada de acordo com as recomendações STROBE. **Resultados:** A partir da combinação de palavras-chave, 238 títulos foram considerados potencialmente relevantes. Após a leitura dos títulos, resumos e avaliação do texto completo dos artigos, apenas 38 destes atenderam aos critérios de inclusão. A média geral do STROBE sugeriu que os estudos têm baixa qualidade metodológica. A maioria dos estudos foi publicado no Brasil em revistas de diversas áreas de conhecimento e diversos estudos não descreveram adequadamente os resultados. Nenhum dos estudos analisados mencionou os objetivos específicos e hipóteses pré-existentes, assim como foi observada alta heterogeneidade dos estudos com maior variação no tamanho da amostra e a ausência de cálculos amostrais. Os conceitos não são uniformizados e os temas abordados variados, abrangendo desde aspectos causais do fenômeno até as consequências sobre o Sistema Único de Saúde. Todavia, apenas 23% estudos discutiram o impacto econômico da judicialização. As pesquisas sobre judicialização ainda estão em nível exploratório, com a maioria apresentando delineamento transversal. Além disso, sete estudos não relacionaram o delineamento do estudo e 17 artigos explicitaram quais são suas limitações e possibilidades metodológicas de melhora. **Conclusão:** Esta revisão mostra que a maioria dos estudos analisados mostra baixa qualidade metodológica, falta de padronização das terminologias e variedade de objetos de estudo, não gerando evidências que confirmam o impacto da judicialização no país. Portanto, o investimento em estudos sobre a Judicialização de Medicamentos, com maior rigor metodológico, pode proporcionar o embasamento científico necessário para garantir o direito à saúde da população e racionalizar os gastos públicos com assistência farmacêutica.